

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais

1

ATA DA 363ª REUNIÃO ORDINÁRIA

2 No dia dois de março de dois mil e doze, realizou-se a trigésima sexagésima terceira
3 reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM na Secretaria da
4 Indústria, Comércio e Mineração - Sicm. Esteve presentes o presidente Eugênio Spengler,
5 Mariana Mascarenhas secretária executiva, Vanessa Arduina Lima representantes da
6 Secretaria do Meio Ambiente - Sema e demais conselheiros Reinaldo Dantas - Setur, Kátia
7 Correia - Seagri, Ana Maria de Lima - Seinfra, Albert Hartmann - Sicm, Romeu Temporal -
8 Seplan, Ana Paula - Sedur, Emídio Souza - Papamel, Sueli Abad - Ascae, Rubens
9 Sampaio - Gambá, Isabel Ligeiro - Ideia, Iglesias Cabalero - Iamba, Emiliano Santiago -
10 Abes-Ba, João Lopes Araujo - Aiba, Eunápio Ladeia - Coopercon-Ba, Leila Oliveira - Abre,
11 Irundi Edelweiss - Fieb, Luiz Galvão - Sindbrito, José Mário Martins - STR Itacaré, Aurinézio
12 Calheira - Cofic, Sergio Bastos - Sinpeq, José Roberto Celestino - Sinaenco, José Cisino -
13 Codeagro. O conselheiro Eugênio Spengler cumprimentou a todos, como havia *quorum*
14 regimental a sessão foi aberta; constaram em pauta: apresentações sobre o Programa de
15 Regionalização e Modernização do Abate na Bahia x Combate ao abate clandestino, Paulo
16 Emílio Landulfo Torres; atividades 2010/2011 da Câmara de Compensação Ambiental,
17 Tatiany Oliveira coordenadora de Gestão de Fundos; relato de processos adiados, com
18 pedido de vistas e novos; comunicou a saída da Sra. Milene Maia da Secretaria e
19 apresentou a Sra. Mariana Mascarenhas em substituição; informou que será finalizada até a
20 primeira quinzena de março de 2012, a primeira versão em minuta do Decreto de Regulação
21 da Lei de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, bem como da estrutura que foi alterada
22 em maio de 2011; disse que após conclusão será distribuída aos membros deste Conselho;
23 informou que estaria prevista uma reunião extraordinária conjunta para colher as sugestões
24 advindas dessa minuta, para ser sistematizada e apresentada, em seguida será
25 encaminhada a Procuradoria Geral do Estado - PGE; registrou que estava em andamento
26 uma primeira minuta de proposta das atividades licenciadas pela "LAC"; fez algumas
27 observações com relação à Gestão Ambiental Compartilhada - GAC e citou que as
28 exigências contidas na Resolução nº 3.925/09, passarão a serem critérios para estabelecer
29 a capacidade do município e deve fazer parte do Decreto; ressaltou que o objetivo será dar
30 uma segurança maior na questão do Licenciamento; informou que será lançado o Edital da
31 nova Composição do Cepram. O conselheiro Rubens Sampaio reiterou solicitação referente
32 à ampliação da Licença da empresa Veracel. O conselheiro Eugênio Spengler informou que
33 a resposta a essa solicitação será apresentada em pauta da próxima reunião, na qual será
34 entregue documentação necessária sobre o assunto em questão para efeito de um possível
35 debate; adiantou que o processo estava em fase conclusiva; passou a palavra ao Sr. Moacir
36 Araujo em substituição ao Sr. Paulo Emílio para falar sobre o Programa de Modernização do
37 Abate na Bahia. O Sr. Moacir Araujo falou que o abate clandestino era uma situação muito
38 preocupante entre a Adab, Seagri e o Governo do Estado; disse que a Adab desenvolve
39 programas buscando equacionar essa questão; destacou que tanto o abate clandestino e o
40 legal são considerados bastante impactantes, necessário o tratamento de efluentes tanto
41 sólidos quanto líquidos; falou das consequências, custos, prejuízos, gastos com a saúde
42 pública decorrentes do abate clandestino, bem como dos alimentos; informou que o
43 Ministério da Saúde incluiu o profissional específico em Veterinário nos Programas de
44 Saúde as Famílias visando fazer gestão nas enfermidades provocadas por veiculação de
45 alimentos; registrou que o Governo traçou políticas na tentativa de resolver essa questão, a
46 partir da criação de um Programa de Descentralização de Abate com a finalidade de
47 modernizar e sistematizar o abate no Estado com um avanço considerável; disse que um
48 dos objetivos será regionalizar o abate, concentrar nas cidades de porte maior e as cidades
49 vizinhas promover o abate deslocando os animais para o local adequado; mostrou a
50 evolução do abate; mostrou a razão da realização de inspeção, de forma impedir o destino
51 de órgãos e vísceras condenados ao longo desses anos à mesa do consumidor; explicou

52 como funciona a indústria de Abate no Estado; destacou o apoio do Inema; registrou a
53 distribuição dos Frigoríficos existentes que funcionam legalmente; destacou que no
54 município de Ipiáu será feita uma intervenção estrutural para fins de legalizar o Frigorífico;
55 disse que existem três esferas de inspeção: Municipal, Serviço de Inspeção Estadual e o
56 Serviços de inspeção Federal; ressaltou que além do combate ao abate clandestino são
57 feitas ações estratégicas integradas, estabelecendo parcerias, principalmente com o
58 Ministério Público, apoio das Polícias Federal e Militar, Vigilância Sanitária; disse que a
59 ADAB tem um programa de educação sanitária para sensibilizar as pessoas, a exemplo de
60 dona de casa, membros de Associações a fim de alertar para o consumo legal. O
61 conselheiro José Cisino relatou que para a realidade do Oeste a programa proposta era
62 positiva, porém muito aquém para alcançar as regiões de pequeno porte, motivando os
63 preços de forma distorcida, forçando a clandestinidade; disse que em sua opinião o Governo
64 deveria criar Instruções Normativas e os municípios através dos empreendedores exigirem o
65 abate de acordo as condições adequadas e a Adab com ação fiscalizatória. O Sr. Moacir
66 Araujo disse que a intervenção do Governo se deveu a falta de interesse da iniciativa
67 privada. O conselheiro Emídio Souza colocou que essa discussão nunca chegou aos
68 Territórios, principalmente o Território Médio Rio das Contas; disse que existia uma
69 insatisfação geral na região quanto ao deslocamento dos animais até o município de Jequié;
70 destacou que não foram colocadas as questões da requalificação e adequação ambiental
71 dos abatedores existentes na região de Ipiáu, Boa Nova, Ubatã, Ibirataia fora outros, assim
72 como de Aves e Suínos que funcionam de forma irregular; chamou a atenção sobre a
73 precária ação da vigilância sanitária; registrou que no município de Boa Nova tem um
74 Frigorífico de abate de suínos que opera ilegalmente, mesmo com as várias denúncias feitas
75 ao órgão ambiental Estadual "CRA"; perguntou quais as ações concretas e educativas para
76 eliminar o abate de animais e o comércio de leite ilegal? Se os Postos da Adab terão
77 condições de operarem de forma eficiente? Qual o plano e ações concreto para adequação
78 ambiental dos Laticínios irregulares e quem será responsável pela administração dos
79 Laticínios implantados pela Adab? Perguntou se estava sendo analisada a possibilidade de
80 uma administração participativa através de Conselho Gestor Institucional. O Sr. Moacir
81 Araujo respondeu que, a Adab pretende estar presente em todo território baiano; citou como
82 era distribuída as Unidades que atuam e respectivas regiões; registrou que a Portaria nº 304
83 regula o abate, a distribuição e a comercialização de carne no Estado; em cima desse
84 mecanismo legal a Adab trabalha no combate a atividade clandestina; ressaltou que com
85 relação ao leite, a Instrução nº 210, do Ministério da Agricultura determinou que em 2012
86 acabasse com o leite em porta em porta, essas ações foram adiadas para 2016, com isso a
87 Adab não terá a base legal de coibir o produtor de fazer esse tipo de atividade; ressaltou
88 que o poder legal para esse tipo de ação seria da Vigilância Sanitária; disse que as
89 Prefeituras em sua maioria visando apenas captar o recurso do Ministério da Saúde, cria
90 vigilância sanitária sem nenhuma estrutura, sem profissional qualificado; informou que não
91 existe nenhum Matadouro nem Laticínio vinculado a Adab, a função dela é criar o projeto e
92 entregar as Instituições, cooperativas, associações, e fiscalizar a indústria; salientou que o
93 último concurso da Adab foi em 1999. O conselheiro Luiz Galvão solicitou uma simplificação
94 do ordenamento das regiões. O Sr. Moacir Araujo respondeu que as micro regiões são
95 regiões administrativa do Estado, e o que era discutido nos Territórios são levados a
96 instância que tem o poder de decisão A conselheira Sueli Abad questionou se essa
97 atividade irregular se referia somente a Bovino. O Sr. Moacir respondeu que todas as
98 espécies estavam contempladas, os Frigoríficos apresentados são multifuncionais;
99 esclareceu que com relação à questão educativa seria uma forma de privilegiar, concentrar
100 os esforços e racionalizar os recursos; disse que se prioriza uma ação a partir da
101 identificação de instalação de um Frigorífico na região na tentativa de conscientizar a
102 população que contará com uma estrutura que permite a produção de alimento seguro para
103 o consumo; reconhece que na realidade a Adab não tem capacidade de se fazer presente
104 nos 417 municípios. O conselheiro José Cisino sugeriu que os programas da Adab fossem
105 adequados com a realidade da região que se tenha uma política que possa atender o
106 pequeno produtor. O Sr. Moacir Araujo registrou que a Adab retirou da clandestinidade 162
107 produtores de leite da região de Senhor do Bonfim e Conceição do Coité. O conselheiro
108 Emídio Souza sugeriu utilizar parceria com a Embasa nas ações educativas através de

109 faturas, bem como na produção de material considerando que essa empresa dar aula de
110 publicidade. Em seguida passou a palavra a Sra. Tatiany Oliveira para falar sobre os
111 resultados das atividades da Câmara de Compensação Ambiental, entre o período de
112 2010/2011; citou a criação da coordenação de gestão dos fundos em 2011, responsável
113 pela gestão da Câmara de Compensação Ambiental - CCA; falou que a compensação
114 ambiental foi instituída com o advento da Lei do Snuc em 2000; trata de instrumento
115 financeiro que visa garantir à sociedade o ressarcimento pelos danos não mitigáveis de
116 empreendimentos de significativos impactos ambiental, a partir da conservação da
117 biodiversidade, aplicando os recursos na gestão das unidades de conservação;; apresentou
118 a legislação relacionada a compensação ambiental e as atribuições da CCA; dentre as
119 resoluções da CCA, destacou a emissão da Resolução 002 que subsidia todo processo de
120 negociação com os empreendimentos com passivo de compensação ambiental; registrou a
121 indicação das prioridades para aplicação de recursos nas Unidades de Conservação de
122 Proteção Integral e de Uso Sustentável, quando diretamente impactada por aquele
123 empreendimento conforme o Decreto Federal; disse que cabe a Câmara dentre outras
124 atividades detalhar as diretrizes de aplicação, com bastante critérios para uso desses
125 recursos; falou de alguns processos de compensação que já estão em andamento;
126 celebração de Termos de Compromisso; registrou que no total até o presente já foram
127 captados R\$ 6.985.688,95 (seis milhões novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e
128 oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos); fez destaque a algumas atividades, tais
129 como: elaborar as ações em andamento no Estado, para efetivar o processo de cobrança e
130 execução da compensação ambiental, com conclusão prevista até o final de marco e
131 posterior encaminhamento a PGE; desenvolver um sistema de controle de processos da
132 CCA para garantir a confiabilidade, segurança e a transparência da utilização e captação
133 desses recursos; disse que a proposta de do fluxo e procedimentos para identificação e
134 definição dos recursos da compensação ambiental já estava aprovada, com ressalva sobre
135 as instâncias recursais, que será analisado pela PGE; ressaltou que esta sendo realizado o
136 levantamento dos empreendimentos de significativos impactos ambiental que representa o
137 passivo ambiental do Estado; registrou que houve negociação com 18 empreendimentos
138 com valor aproximado da compensação ambiental, estimado em 11 milhões de reais e
139 existem mais de 30 empreendimentos sob consulta, isso feito através de vários critérios
140 estabelecidos com o Licenciamento; informou que foi criado um Grupo de Trabalho de
141 regularização fundiária em Unidade de Conservação - UC; realizou uma oficina que teve
142 como resultado a elaboração de um roteiro com procedimentos para efeito de regularização
143 fundiária em UC's, bem como a criação de um Grupo de Trabalho da Sema, Saeb e Seagri,
144 PGE e Inema para trabalhar a normatização do processo de regularização fundiária conjunta
145 no Estado, visando dar celeridades aos processos. O conselheiro José Cino sugeriu que
146 fosse informada em planilha a descrição do recurso utilizado e onde foi aplicado. O
147 conselheiro Rubens Sampaio perguntou se os procedimentos para formalização da
148 compensação se incluíam a participação de alguma Entidade ou Instituição estranha a
149 administração pública Estadual. O conselheiro Luiz Galvão fez referência à previsão de
150 arrecadação de 11 milhões; perguntou se esses empreendimentos já foram implantados e
151 se essa compensação havia sido cobrada. Em seguida a Sra. Tatiany Oliveira respondeu
152 que no Termo de Compromisso previa a gestão de execução dos recursos e a prestação de
153 contas par e passo ao empreendedor, bem como a apresentação de relatórios na Câmara
154 de Compensação Ambiental; informou que a Câmara trabalha com alguns passivos, ou seja,
155 empreendimentos que ainda estão em fase de licenciamento; informou que estava previsto
156 discussão sobre os procedimentos para garantir a participação do Conselho Gestor com
157 acompanhamento do Ministério Público - MP, mas esse assunto seria competência do
158 Inema. O conselheiro Eugênio Spengler falou que, considerando que o MP deve exercer o
159 papel de fiscalizador; disse que não era atributo do MP participar diretamente das políticas,
160 | isso era competência do órgão executor;—disse que os recursos apresentados foram de
161 passivos de empreendimentos implantados desde 2001; ressaltou que um dos grandes
162 desafios a essa atividade era conseguir cobrar e executar de forma correta esses recursos;
163 passou ao segundo bloco de perguntas: o conselheiro Emídio Souza perguntou quando se a
164 Área de Proteção Ambiental - APA estaria enquadrado em Unidade de Uso Sustentável? A
165 Sra. Tatiany Oliveira respondeu que o recurso seria aplicado a APA diretamente afetada. O



conselheiro Emídio Souza perguntou: com relação à gradação de metodologia de impacto, o atendimento se daria a partir d momento em que a empresa requeresse a Licença? Solicitou ter acesso aos estudos de impacto ambiental. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que a CCA direcionasse algo nas áreas de recursos hídricos e citou o caso das Linhas de transmissão Sapeaçu-Camaçari que abrangeria a APA do rio joanes-ipitanga; lemboru da licença do Projeto Santa Rita da empresa Mirabela cuja audiência pública apontou que os recursos da compensação ambiental fossem aplicados para o Parque da Reserva de Vida Silvestre da Unidade Conservação Integral do município de Boa Nova na Bacia do Rio das Contas; informou que estava como condicionante da licença. A Sra. Tatiany Oliveira explicou que com relação à metodologia se tratava de duas coisas diferentes, os estudos ambientais que são feitos que identifique os impactos mitigáveis e não mitigáveis, se era de alto ou médio impacto; registrou que essa atividade será feita através do Projeto Corredores Ecológicos com um prazo de dois meses para apresentar; informou que será retirada uma representação da Sociedade Civil da CCA para acompanhar toda essa metodologia, inclusive com previsão de uma apresentação dessa metodologia aos dois Colegiados; em seguida respondeu que o passivo ambiental era tratado através de busca ao Sistema Cerberus, processo físico, bem como atas do Cepram; ressaltou que não existia nenhuma prioridade de apresentação dos custos do projeto no requerimento da Licença de Implantação, essa informação será incorporada no processo de licença de empreendimentos que tenham que pagar a Compensação Ambiental; procede a comunicação oficial com a empresa solicitando uma planilha de custo de investimento, após recebida passa por uma avaliação e posteriormente negocia-se com empreendedor de acordo orientação da Resolução da própria Câmara; salientou que quanto ao acompanhamento de condicionante todos os Termos de Compromisso assinados, são cientificado a Diretoria de Regulação e Fiscalização do Inema; disse que a execução dos recursos na ponta era acompanhada pelos Conselho Gestor da Unidade; informou que o empreendimento Mirabela estava em negociação, nunca houve pagamento da compensação; afirmou que nessa licença não constou a identificação do destino do recurso; constou no EIA/RIMA uma aplicação para o Parque Serra do Conduru, mas disse que nada impediria apresentar uma proposta e ser colocada em negociação encaminhada a Sema e Inema. A Sra. Tatiany Oliveira ressaltou que o valor era contemplado na fase da Licença de Implantação, conforme o valor da implantação do empreendimento. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que tenha um perfil socioambiental, considerando que os impactos foram socioambientais. A conselheira Leila Oliveira sugeriu que a CCA passe a ter uma estrutura mais fortalecida dentro da Sema; disse que não existia um levantamento do passivo dentro do Licenciamento, não existia um Plano de Ação dessa Câmara; propôs que fosse ampliada a participação da Sociedade Civil, para que possa ter mais poder de diálogo e de voto; solicitou urgência para o funcionamento do site que garantirá o acesso as informações da Câmara; pediu para retificar algumas informações citadas na apresentação. O conselheiro Sergio Bastos solicitou que ajustasse a informação sobre o destino do recurso do processo de gaseificação da Petrobras; frisou a necessidade de elaborar o Plano de aplicação. O conselheiro Albert Hartmann reforçou que uma das principais preocupações era a falta de um modelo de gestão, a partir de um levantamento do passivo, definição do destino dos recursos e como será aplicado, identificação do projeto a e acompanhamento. O conselheiro Sergio Bastos falou que as alternativas de procedimentos discutidas juridicamente e aprovadas motivam a necessidade de elaborar um plano de ação. A Sra. Tatiany Oliveira esclareceu que as informações contidas no relatório e apresentadas ao Cepram foram atualizadas; disse que a secretaria executiva da CCA apresentou um modelo de procedimentos referentes ao que compete a gestão dessa Câmara; ratificou a informação da assinatura do Termo de Compromisso com a Petrobrás; informou que existem inúmeras ações que precisam ser executadas para ter efetividade da compensação ambiental. Informou que a Diretoria de Unidade e Conservação estava estruturando os programas macros para implementar ações de UC's; o site estava em processo de atualização; informou que serão repassadas todas as Resoluções emitidas e outros documentos da gestão ao conhecimento de todos os membros do Colegiado; falou que com relação aos assentos para participação da Sociedade Civil era matéria de discussão para regulamentação da Lei. O conselheiro Eugênio Spengler respondeu a conselheira Suleli

223 Abad que não conhecia o acordo em relação à Compensação; registrou que se trata de um
224 recurso carimbado, específico para gestão de Unidade de Conservação e ações associadas,
225 não poderá ser aplicado em outra área, considerando que não existe Áreas de Proteção
226 Integral na área de influência direta e indireta Estadual; informou que existia a Unidade de
227 Uso Sustentável se o impacto for direto; exemplificou que referente ao recurso da Veracel o
228 recurso poderá ser aplicado no município de Morro do chapéu por se tratar de um Parque;
229 disse que o recurso da compensação Estadual poderá ser aplicado em UC de domínio
230 Estadual, Municipal e Federal dentro do Estado; o recurso da compensação da empresa
231 Veracel estima-se em torno de 30 milhões, passível de uma discussão na Câmara pra
232 definir qual será a destinação desse recurso. Em seguida o conselheiro Eugenio Spengler
233 passou ao ponto da pauta sobre o lançamento do Edital referente à proposta de alteração
234 da composição do Cepram; citou representações que passarão a fazer parte dessa
235 composição tais como: Município, Assembléia Legislativa, Governo Federal; disse que
236 sugeriu ao Governo que os suplentes do Setor público, possam ser de outras Secretarias
237 considerando que a indicação é de competência do Governador; citou como estava proposto
238 no Edital 11 representantes da Sociedade Civil, preferencialmente algumas representadas
239 por Biomas, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado, 01 representante de Movimento o Social
240 Urbanos, Rurais, Quilomboras, Povos Indígenas e 01 representante das Universidades, 11
241 representantes do seguimento empresarial assim distribuídos: 01 representante das
242 entidades profissional, 03 da indústria, 03 do setor empresarial rural, 3 do comércio e
243 serviços e 01 representante do setor de turismo; fez outros comentários sobre os
244 procedimentos relativos as indicações e outras informações constantes no Edital; informou
245 que será definido a data e local das Assembléias e comunicará a todas Instituições. O
246 conselheiro Reinaldo Dantas fez algumas observações com relação à retirada da
247 participação da Setur; ressaltou o vínculo importante que o turismo tem com a questão
248 ambiental, com os possíveis impactos, mas, sobretudo com o uso do meio ambiente bem
249 cuidado pra dar qualidade ao turismo; destacou que o turismo era uma atividade econômica
250 que tem um impacto considerável na relação com a Comunidade, assim como a questão do
251 Licenciamento. O conselheiro Josemário Martins admitiu que ficasse plural, porém a
252 questão tripartite e paritária ficou desproporcional. Passou para o relato de processos
253 adiados: Processo nº 2004-004745/TEC/AIAD-0341- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU,
254 referente ao autor de infração de advertência, pela disposição dos resíduos sólidos
255 municipal em local inadequado, onde existe afloramento do lençol freático, município de
256 Cairu, a conselheira relatora Isabel Ligeiro apresentou voto favorável à manutenção da
257 advertência; registrou que a Prefeitura tem intenção em resolver as questões do lixo. O
258 conselheiro Eugênio Spengler colocou em discussão e não houve manifestação contrária e
259 todos concordaram. 2008-015663/TEC/AIMU-1010 - MG DERIVADOS DE PETRÓLEO
260 LTDA, referente ao auto de infração de multa, por desenvolver atividade de comércio
261 varejista de combustíveis e lubrificantes para veículo automotores sem licença ambiental, no
262 município de Valente, com pedido de Aplicação de multa no valor mínimo de R\$ 500,00, ou
263 então se propõe a assinatura do Termo de Compromisso entre as partes, conselheiro relator
264 Irundi Edelweiss apresentou voto pela manutenção da penalidade com recomendação de
265 redução do valor de 5 mil para 2 mil reais. Passou a palavra a Sra. Marcia Telles da diretoria
266 de fiscalização e monitoramento do Inema; esclareceu que o valor definido no ato da
267 aplicação, foi considerado os atenuantes do infrator. O conselheiro Eugênio Spengler
268 colocou em discussão. O conselheiro Rubens Sampaio teceu comentários sobre a situação;
269 disse que em sua opinião não seria pagamento de multa e sim, a aplicação de um embargo
270 e ou até mesmo uma interdição temporária ou definitiva, até a regularização; justificou que o
271 pagamento da multa daria margem ao infrator continuar a desenvolver a atividade de forma
272 irregular. O conselheiro Luiz Galvão ressaltou que, considerando o tempo decorrido dessa
273 autuação o valor deveria ser corrigido, contudo seria necessária a obtenção da Licença
274 Ambiental tendo em vista a importância da atividade naquela localidade. A Sra. Márcia
275 Teles alertou que no relatório de fiscalização dos autos do processo não houve identificação
276 de danos ambientais. O conselheiro Eugenio Spengler fez encaminhamentos para que o
277 Inema verificasse se houve a regularização do empreendimento, caso contrário o órgão
278 tomará as medidas de reincidência e punição cabendo uma interdição; procedeu a votação
279 pela manutenção da multa no valor de 5 mil reais ou a redução para 2 mil reais, conforme



280 sugestão do relator. Foram 8 votos favoráveis a redução do valor e 4 votos contrário.
281 Passou para o processo com pedido de vista nº 2008-012828/TEC/AIMU-0902 - ANIVIO
282 ARMANDO TIMM E OUTROS, referente ao Auto de Infração de Multa, pela Supressão da
283 vegetação nativa do bioma cerrado em 530,00 há. sem autorização e implantação de
284 empreendimento sem licença ambiental, no município de Baianópolis conselheiro relator
285 José Cisino fez o relato do histórico do processo; ressaltou o tempo decorrido e demasiado
286 para atender ao requerente; fez referência a atuação do Estado com relação a preocupação
287 em resolver a questão dos passivos ambientais; salientou que, considerando o pagamento
288 de 30% pelo infrator, propunha a manutenção da multa com redução do valor
289 correspondente ao percentual pago antecipadamente. O conselheiro Eugênio Spengler
290 colocou em discussão seguida de votação. Foram 8 votos favoráveis a manutenção da
291 multa no valor original e seis votos favoráveis a proposta de redução, conforme sugestão do
292 relator. Passou para apreciação dos processos novos: Processo nº 2009-
293 012788/TEC/AIMU-0191 - ADEMIR APARICIO DA SILVA, referente ao Auto de Infração de
294 Multa, por fazer corte de árvores em Área de Preservação Permanente, com pedido
295 Arquivar o processo, considerando o valor já pago de 30% da multa e homologação do
296 Termo de Compromisso, conselheiro relator José Saraiva que estava ausente e o processo
297 foi ADIADO. Processo nº 2009-035810/TEC/AIMU-0842- CONIK CONSTRUTORA LTDA,
298 referente ao Auto de Infração de Multa, por transportar resíduos provenientes de acidente
299 rodoviário com produto perigoso sem autorização ambiental, no município de Valente, por
300 transportar resíduos provenientes de acidente rodoviário com produto perigoso sem
301 autorização ambiental, com pedido Anulação da Multa, conselheira relatora Ana Maria
302 apresentou voto favorável a manutenção da multa e foi aprovado sob rito sumário. Processo
303 nº 2008-000433/TEC/AIMU-0031 - QGN QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S.A referente
304 ao Auto de Infração de Multa por poluição do solo e da água subterrânea, conforme
305 diagnóstico ambiental apresentado e por não atender a determinação contida no item II do
306 auto de infração nº 2006-004620/TEC/AIAD-0283, com pedido de Anulação da Multa e
307 assinatura do Termo de Compromisso, conselheiro relator Roberto Celestino solicitou
308 adiamento. Pcesso nº 2008-009749/TEC/AIAD-0640 - UEDSON MACHADO
309 GUIMARÃES, Auto de Infração de Advertência por não ter documentação comprobatória de
310 averbação da Área de Reserva Leal, não ter providenciado a recomposição das áreas
311 necessárias a complementação da Reserva Legal, não ter apresentado planta
312 georeferenciada do imóvel, demarcando as áreas de Reserva Legal, Preservação
313 Permanente, cobertura vegetal, infra-estrutura, sistema viário, não possuir Cadastro
314 Estadual de Atividades Potencialmente Poluidora e Utilizadoras de Recursos Naturais –
315 CEAPP e não possuir Registro de Atividade Florestal - RAF, com pedido de anulação da
316 homologação de Advertência, conselheira relatora Sueli Abad apresentou voto pela
317 manutenção da advertência e foi aprovado sob rito sumário. Processo nº 2007-
318 003618/TEC/AIAD-0205 - CERÂMICA RODAANDANDO LTDA, referente ao Auto de
319 Infração de Advertência, por descumprir os condicionantes I, III, VI e VII da Portaria nº
320 6513/06, com pedido de Cancelamento de funcionamento, não tem interesse em continuar
321 as atividades, no município de Feira de Santana conselheiro Luiz Galvão apresentou voto
322 pela manutenção da advertência e foi aprovado sob rito sumário. Processo nº 2008-
323 004593/TEC/AIAD-0201 - LUDOVICO ANSINI FAE, referente ao Auto de Infração de
324 Advertência por exercer atividade em imóvel rural com infringência de preceitos estabelecidos
325 pela legislação de controle ambiental, com pedido de anulação do Auto de Infração de
326 Advertência conselheiro relator Marcelo Abreu que estava ausente e o processo foi adiado.
327 Processo nº 2005-004446/TEC/AIAD-0332 - POSTO DUNAS COMÉRCIO DE
328 COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA referente ao Auto de Infração de Advertência pelo não
329 cumprimento do condicionante IX da Portaria nº 2456/02, município de Salvador, com
330 pedido de Arquivamento do Processo, conselheiro relator Sergio bastos, pediu adiamento.
331 Processo nº 2007-005042/TEC/AIAD-0271 - GETULIO ANTÔNIO, referente ao auto de
332 Infração de Advertência por não possuir a reserva legal da Fazenda Fortuninha e por ter
333 áreas de preservação permanente desta propriedade degradadas, município de Alcobaça,
334 com pedido Anulação do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator Hélio Silva
335 que encaminhou voto pela manutenção da advertência e foi aprovado sob rito sumário. Sem
336 mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Marília Gavazza lavro esta Ata que

337 vai assinada por mim e os demais membros integrantes deste Conselho. Salvador, 02
338 março de 2012.

339 **Presidente:** Eugênio Spengler

340 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

341 **Membros:**

342 Albert Hartmann – Sicm,

343 Ana Maria de Lima – Seinfra

344 Ana Paula – Sedur

345 Aurinézio Calheira – Cofic

346 Emídio Souza – Papamel

347 Emiliano Santiago – Abes-Ba

348 Eunápio Ladeia – Coopercon-Ba

349 Irundi Edelweiss – Fieb

350 Isabel Ligeiro – Ideia

351 José Cisino - Codeagro

352 Josemário Martins – STR Itacaré

353 Kátia Correa – Seagri

354 Leila Oliveira – Abre

355 Luiz Galvão – Sindbrita

356 Reinaldo Dantas – Setur

357 Roberto Celestino – Sinaenco

358 Romeu Temporal – Seplan

359 Rubens Sampaio – Gambá

360 Sérgio Bastos – Sinpeq

361 Sueli Abad – Ascae

362 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**

363 Clarice Xavier

364 Marília Gavazza

365 Vanessa Arduina

